ATA N.º 10/2013**Data da reunião ordinária: 20-05-2013****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 09:30 horas****Términus da reunião: 11:45 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jaime Manuel Gonçalves Ramos**Vereadores:**

Carlos Alexandre Zagalo Gouveia
Paula Maria da Costa Pereira
João Sebastião Coutinho Lima Canaverde
Henrique da Cunha Pereira
Carlos Manuel Godinho Matias
Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 17-05-2013****Operações Orçamentais: 1.605.182,48****Operações não Orçamentais: 260.989,77**

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

INFORMAÇÕES

- De acordo com o art.º 9.º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra, para informar o seguinte:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) No passado sábado foi aberto ao público o Parque do Bonito, com o horário das 7 às 22 horas.

b) Na sexta-feira esteve presente no 37.º aniversário da PSP de Santarém, com o Sr. Diretor Nacional, onde foi comentado que já foram feitas duas novas esquadras a de Ourém e do Cartaxo e a próxima será a do Entroncamento. Congratulou-se com esta notícia que é mais um passo para a segurança da população do Entroncamento.

c) Hoje comemora-se o Dia Municipal do Idoso a partir das 12 horas.

2 – VEREADOR SR. ALEXANDRE ZAGALO

a) Referiu com agrado o comentário sobre a nova esquadra da PSP do Entroncamento, o projeto já foi lançado e espera que se cumpra, já é uma promessa de há muitos anos.

b) Falou acerca dos carros que estacionam no Adro da Igreja da Paróquia da Sagrada Família que além danificarem o espaço dá muito mau aspeto. Entende que este não é o local para se estacionar, é um lugar para as pessoas passearem.

3 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

- Apresentou a seguinte questão:

«Gostaria unicamente de saber se há informações sobre o processo de construção do parque de estacionamento ao lado da estação da CP. Há algumas informações adicionais ao já se sabia antes?»

- Sobre as questões colocadas, o Exmo. Presidente referiu o seguinte:

Acerca do Adro da Igreja é um espaço privado, é uma opção da Paróquia que não pode alterar, no entanto disponibilizou-se mandar limpar as caldeiras.

- Relativamente à esquadra da PSP é sempre com muito gosto quando se recebe a notícia que poderemos ter uma nova esquadra e um posto de atendimento, está convencido que vão ser feitos estes dois equipamentos.

- Em relação ao estacionamento ao lado da estação da CP, a REFER está a terminar o processo para formalizar a candidatura para a construção do parque de estacionamento.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 06 de maio de 2013, que previamente foi distribuída aos Srs. Vereadores, a qual foi aprovada, por unanimidade, e assinada por todos os presentes.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

6851 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MOÇÃO SOBRE A ANUNCIADA SAÍDA DA MEDICINA INTERNA DO HOSPITAL DE TORRES NOVAS

- Ofício n.º 95/13, de 6 de maio, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar a Moção apresentada pela CDU e que a seguir se transcreve, aprovada na sua sessão ordinária realizada em 26-04-2013.

A SABER:

«Sobre a anunciada saída da Medicina Interna do Hospital de Torres Novas em 6 de Maio 2013

Temos conhecimento da saída das duas unidades de Medicina Interna do Hospital de Torres Novas em 6 de Maio de 2013 através dos órgãos de informação

1. A CIM e os autarcas do médio Tejo, em geral, têm reafirmado o seu apoio ao Centro Hospitalar do Médio Tejo, como uma única entidade que sendo constituída por três unidades hospitalares, só pode ser entendida como um todo nos termos da sua conceção. A sua gestão deve explorar todas as potencialidades, rendibilizar as instalações e equipamentos e colocá-los ao serviço da população. Entendemos que devem ser comuns aos três hospitais as seguintes valências: Urgência Médica/Cirúrgica, Medicina Interna, Pediatria e Cirurgia do Ambulatório, bem como os cuidados prestados em ambulatório.

2. Esta medida, de retirada da Medicina Interna do Hospital de Torres Novas, insere-se numa política levada a cabo pelas sucessivas administrações de esvaziamento da unidade Hospitalar de Torres Novas - no seguimento das políticas erradas dos sucessivos governos - com a consequência direta na degradação do acesso dos utentes aos cuidados de saúde, tornando-os mais caros e mais distantes. Tais medidas têm contribuído para o aumento das despesas, ansiedade e sofrimento dos doentes e respetivas famílias.

2.1 Com a saída da medicina interna, o Hospital de Torres Novas com capacidade para 140 camas, ficará reduzido a cerca de 1/3 das camas. Acresce que a concentração em Abrantes vai reduzir em 18 camas a capacidade de internamento desta especialidade cuja taxa de ocupação ronda geralmente os 100%.

2.2 Esta medida agora anunciada é altamente preocupante face ao sucessivo esvaziamento que se tem vindo a verificar nas três unidades hospitalares, de serviços de que a população tem grande necessidade e de que são exemplos a Urgência Médica/Cirúrgica e Cirurgia, com elevada procura e altas taxas de ocupação.

2.3 A saída da Medicina Interna de Torres Novas contribui fortemente para a desmotivação dos profissionais que vêm as suas condições profissionais e de trabalho degradarem-se. Contribui também de forma preocupante para a destruição de postos de trabalho (estimados em 80).

2.4 Em suma, trata-se de mais uma reorganização em cima de tantas outras, cujas consequências têm sido sempre em prejuízo dos utentes, cujas prioridades são sempre anunciadas com objetivos muito nobres, mas nas quais os doentes nunca são prioridade, como a realidade dos factos confirma.

3. Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Entroncamento reunida em 26 de Abril de 2013 opõe-se a qualquer processo de esvaziamento do Hospital de Torres Novas e exige do CA e do ministério da tutela elaboração de um Plano Estratégico para todo o setor da saúde no Médio Tejo, que privilegie a articulação entre os diversos níveis de prestação de cuidados de saúde, que defina quais as valências que pela sua importância social e clínica devem estar nas três unidades hospitalares e sejam definidos objetivos claros e quantificados para a promoção e valorização de todas as outras valências, com a utilização de todas as potencialidades de instalações, equipamentos e recursos humanos.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6850 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL – MOÇÃO DIREITO À ÁGUA E AO SANEAMENTO E O SEU ACESSO ECONÓMICO

- Ofício n.º 96/13, de 6 de maio, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a enviar a Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda e que a seguir se transcreve, aprovada na sua sessão ordinária realizada em 26-04-2013.

A SABER:

«Direito à Água e ao Saneamento e o seu acesso económico

(nos termos e para os efeitos do artigo 53.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro)

Considerando que:

1 – O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, por uma Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas;

2 – Tal resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas reconhece o direito ao acesso à água potável e ao saneamento como um Direito Humano essencial para o pleno gozo da vida e de todos os direitos humanos, apelando para que os Estados desenvolvam uma correta execução tecnológica que venha a aumentar os esforços com vista a assegurar a todos o acesso físico e economicamente comportável a água potável e saneamento;

3 – Já em Novembro de 2002, o Comité das Nações Unidas para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais adotou um comentário geral, reconhecendo o direito à água e afirmando que o direito humano à água prevê que todos tenham água suficiente, segura, aceitável, fisicamente acessível e a preços razoáveis para usos pessoais e domésticos, proibindo ainda toda e qualquer forma de

discriminação no acesso à água e saneamento, designadamente quanto aos estratos mais vulneráveis das populações;

4 – Segundo o Alto-comissário para os Direitos Humanos da ONU¹, o preço direto e indireto dos serviços de água e saneamento não devem impedir ninguém de aceder a esses serviços e não devem comprometer a capacidade de gozo de outros Direitos Humanos, designadamente o direito à alimentação, à habitação e à saúde;

5 – Incumbe aos Estados ou autoridades locais, promover o acesso aos níveis mínimos essenciais do direito à água, que inclui o acesso a uma quantidade mínima essencial de água;

6 - Para tanto, segundo a Convenção Internacional sobre Direitos Económicos, Sociais e Culturais, dever-se-ão assegurar as medidas necessárias que deverão incluir políticas de preço adequadas, como tarifas económicas ou gratuitas;

7 - Pese embora o Direito à Água não obrigar, em absoluto, à disponibilização dos serviços a título gratuito, em certas circunstâncias, o acesso à água e ao saneamento pode ser gratuito atendendo à incapacidade económica do utente;

8 – A concretização do Direito à Água, na sua componente do acesso económico tem sido concretizada pelos vários Estados de diferentes formas, destacando-se a proibição da desconexão dos serviços por não pagamento, bem como a distribuição gratuita das quantidades essenciais de água para consumo doméstico;

9 – Apesar de alguns inconvenientes, a utilização destas medidas afigurar-se como o único método claro e eficaz de garantir a não exclusão, por razões económicas, do acesso ao direito à água e ao saneamento;

10 – A Organização Mundial de Saúde estima entre 50 e 100 litros diários por pessoa como valor suficiente para assegurar as necessidades mais básicas, com poucos riscos sanitários, concluindo ainda que entre 20 e 25 litros diários por pessoa são um mínimo, acarretando no entanto sérios riscos sanitários;

11 – O direito à água e ao saneamento, enquanto Direito Humano, exige de todas as autoridades públicas medidas com vista à sua efetivação, tendo ainda em conta que a água é um recurso natural, que deve ser de todos, e a todos deve ser acessível;

12 – É da competência própria da Câmara Municipal a fixação de preços e de tarifas, podendo no entanto a Assembleia Municipal **“Pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia”**;

13 – Na reunião de Câmara de 15 de Abril último o executivo decidiu contestar todo o processo de aumento do preço da água, desencadeado pela empresa Águas do Centro, S.A. (AdC) (que mais uma vez apresentou um aumento do preço da água superior ao índice de inflação verificado desde o último aumento em 2012) assim como não o fazer refletir nas tarifas de abastecimento do município;

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em Sessão Ordinária a 26 de Abril de 2013, no uso da competência que lhe é conferida nos termos do artigo 53.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, delibera:

I – Recomendar à Câmara Municipal do Entroncamento a adequação dos tarifários, permitindo assegurar a distribuição gratuita de 50 litros de água, por dia e por habitante de cada fogo de utilização permanente, em situação de grave carência económica, adotando mecanismos flexíveis e de resposta rápida a situações de emergência social;

II - Repudiar a atitude da administração da empresa Águas do Centro, S.A. (AdC, S.A.), quanto à decisão de aumentar as tarifas do fornecimento de água aos municípios aderentes, sem consulta prévia e sem qualquer justificação económico-

financeira que sustente o nível de aumento verificado, o qual ficou muito acima do índice de inflação verificado desde o último aumento de 2012;

III – Defender o fornecimento de água integralmente na esfera pública.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

AGRUPAMENTO ESCOLAS CIDADE ENTRONCAMENTO

4061 – JARDIM DE INFÂNCIA SOPHIA DE MELLO BREYNER – VISITA DE ESTUDO - RATIFICAÇÃO

- E-mail do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, de 07 de março findo, a remeter um e-mail da Coordenadora do Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner, a solicitar apoio para a visita de estudo que vai realizar ao Oceanário de Lisboa, no dia 30 de abril, que envolve 37 crianças do escalão A e 26 do escalão B.

- Ouvida a Técnica Superior Dr.^a Cláudia Ramos, informou o seguinte:

«Sou a informar que, de acordo com o anexo 2, o número de alunos subsidiados com escalão A são 37 e com escalão B são 26. Sendo assim são 370,00€ para o escalão A e 130,00€ para o escalão B, perfazendo um total de 500,00€. Verba esta que deverá ser transferida para o Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento antes da realização da referida visita.»

- Sobre este pedido o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Autorizado de acordo com o n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18/9 e posteriores alterações. Aos serviços para procedimento. À reunião de Câmara para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

JUNTAS DE FREGUESIA

6567 – JUNTA DE FREGUESIA DE N.ª SENHORA DE FÁTIMA – LIGAÇÃO DE FIBRA ÓTICA

- E-mail da Junta de Freguesia de N.ª Senhora de Fátima, a solicitar a ligação da fibra ótica nos serviços desta autarquia, sem que acarrete quaisquer encargos para o município, dado que seria uma grande vantagem para a Junta de Freguesia, proporcionando um melhor acesso à internet, tornando-se fundamental na gestão dos serviços públicos e conseqüentemente na prestação de serviços aos cidadãos.

Para o efeito, o Chefe de Divisão de Inovação e Modernização Administrativa Dr. Emanuel Fernandes, prestou a seguinte informação:

«A ligação à nossa rede é possível, não acarretando quaisquer encargos extra para o Município.

A nossa velocidade de ligação é superior à atualmente existente na Freguesia, podendo juntar a isso o controlo de acesso (precauendo ou reduzindo os riscos de contaminação, muitas vezes sem querer, por navegação em páginas que escondem perigos).

Deixo em aberto a possibilidade de integrar no nosso sistema de virtualização o servidor que a Freguesia disponha. O custo de licenciamento de software seria sempre custo daquela entidade (já o é atualmente), mas permitia cortar nos custos que atualmente têm com manutenção do equipamento. O acesso ao servidor fica sempre do lado da Freguesia, no entanto que fique claro que os técnicos de

Informática do Município poderão lá aceder, até para garantia do sistema dentro do ambiente de virtualização.

Com este passo podemos afirmar estar a seguir as diretivas do Governo para unificar centros de dados/servidores, reduzindo custos de gestão e operacionalização, neste caso para a Freguesia, mas por outro lado não aumentando os nossos.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, autorizar a ligação da fibra ótica do Município.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

6691 – NÚCLEO SPORTINGUISTA DO ENTRONCAMENTO - COMEMORAÇÃO DO 18.º ANIVERSÁRIO - COMPARTICIPAÇÃO

- Carta datada de 30 de abril findo, do Núcleo Sportinguista do Entroncamento, comunicar que no próximo mês de maio vai comemorar o seu 18.º aniversário com um jantar e terá a presença de algumas velhas glórias e personalidades do Sporting e personalidades locais que terão todo o gosto em convidar para conviverem estes momentos tão especiais, para o qual solicita uma comparticipação para ajudar a colmatar as despesas desta festa social da família sportinguista do Entroncamento. Mais informa que, irão decorrer para os seus associados vários torneios, nomeadamente torneio de sueca, torneio de damas, torneio de snooker, torneio do belho, bem como uma visita guiada dos jovens do Entroncamento à academia do Sporting em Alcochete, para poderem ver e contactar a escola onde são formadas as grandes estrelas que fazem brilhar Portugal além fronteiras, pelo que contam com a prestimosa colaboração desta autarquia.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, não atribuir qualquer subsídio.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6740 - CASA DO BENFICA DO ENTRONCAMENTO - CAMPEONATO DE PATINAGEM ARTÍSTICA E CONVÍVIO PISCATÓRIO – PEDIDO DE REVISÃO DA POSIÇÃO DA AUTARQUIA EM RELAÇÃO À ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

- Presente uma carta datada de 6 de maio corrente, da Casa do Benfica do Entroncamento, na sequência da deliberação de 15 de abril findo, na qual foi deliberado não conceder apoio monetário para o campeonato de Patinagem Artística e para o convívio piscatório familiar a realizar no decurso das Festas da Cidade 2013, a solicitar que esta autarquia reveja a posição tomada colaborando, pelo menos, nos encargos mínimos, designadamente com os juizes, calculadores e outros elementos da federação, bem como a logística necessária para a realização deste campeonato.

O convívio piscatório familiar será realizado no dia 15 de junho, no âmbito das Festas da Cidade, sem qualquer encargo para os participantes, único apoio solicitado, será unicamente para não sobrecarregar esta associação com gastos.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, não conceder apoio monetário.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

14037 – ASSOCIAÇÃO FILARMÓNICA E CULTURAL DO ENTRONCAMENTO – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE UM MONUMENTO ALUSIVO À AFCE

- Na sequência da deliberação de 5 de novembro de 2012, na qual foi deliberado concordar com a criação de um monumento alusivo à Associação Filarmónica e

Cultural do Entroncamento, localizado na rotunda junto do cruzamento da rua Eng.º Henrique Gomes da Silva com a rua Eng.º Saraiva e Sousa, e já ter terminado o prazo para a conclusão do monumento até ao final de fevereiro findo, foi presente, de novo, este processo, acompanhado da seguinte informação do Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Ambiente arquiteto Rafael Domingos:

«Após análise e discussão da proposta com os serviços técnicos, entende-se que o Município não se revê no projeto apresentado, pelo que se sugere declinar esta solução e agradecer todo o empenho e dedicação demonstrado.»

- O Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte intervenção:

«Uma vez não ter havido qualquer desenvolvimento neste processo, ele deverá ficar por aqui.

Gostaria, no entanto de explicitar o que disse em novembro, pois parece-me que não me expliquei bem.

Estando genericamente de acordo com a ideia. Um projeto de monumento, em concreto --- ou seja, mais especificado do que o que nos foi presente e com parecer dos nossos técnicos --- deveria ser aprovado aqui. E, só depois, se aprovado, se deveria dar um prazo para sua execução.

Seja como for, não tendo havido qualquer evolução, estou de acordo que, de momento, se encerre este processo.»

- A Câmara, tudo visto analisado, deliberou por unanimidade, encerrar este processo.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6913 – CABE – CLUBE DE ARQUEIROS E BESTEIROS DO ENTRONCAMENTO – ENCERRAMENTO DO CLUBE

- Carta de 22 de janeiro de 2013, do Presidente do CABE – Clube de Arqueiros e Besteiros do Entroncamento, a informar do encerramento deste clube em virtude do seu afastamento por motivos profissionais, residindo agora em Lisboa, a reestruturação do Bonito demorar alguns anos e não garantir a segurança necessária para o clube de tiro com arco/besta e não existindo até ao dia de hoje, uma direção e corpos sociais, que se encontre disponível para assegurar a sua continuidade.

Mais informa que reuniu com a direção disponível e foi feito o encerramento do CABE, escrita em ata da Direção, também procedeu ao encerramento nas finanças e no banco Crédito Agrícola, onde existia uma conta à Ordem.

Assim, agradece todo o apoio dispensado ao longo destes anos, que garantiram a existência deste clube, granjeando alguns títulos nacionais e internacionais, levando o clube a bom nome e prestigiando a cidade do Entroncamento, solicitando, deste modo, cancelar qualquer apoio a esta direção que finda o seu mandato.

- Ouvido para o efeito, o Chefe de Divisão de Finanças e Património, Dr. Hugo Gonçalves, prestou a seguinte informação:

«Tendo em conta a comunicação feita pelo Clube de Arqueiros e Besteiros do Entroncamento (no anexo 1 e no SGD 1367) acerca do encerramento do clube torna-se necessário que o apoio pontual no valor de 250 €/mês seja anulado.

Após anulação serão regularizados os 4.250€ lançados como dívida na contabilidade (conta corrente em anexo).»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder à anulação do apoio pontual ao Clube, de acordo com a informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6821 – CABE – CLUBE DE ARQUEIROS E BESTEIROS DO ENTRONCAMENTO - ANULAÇÃO DE SUBSÍDIO

- Na sequência da Carta do Presidente do CABE – Clube de Arqueiros e Besteiros do Entroncamento, a comunicar o encerramento do clube por motivos da sua profissão e devido não existir uma direção e corpos sociais, disponível para assegurar a continuidade do mesmo, foi presente a seguinte informação do Chefe de Divisão de Finanças e Património Dr. Hugo Gonçalves, relativa a anulação do subsídio no valor de 250,00 €, atribuído a este clube na reunião de 21 de junho de 2010:

«Tendo em conta a comunicação feita pelo Clube de Arqueiros e Besteiros do Entroncamento (no anexo 5 e no SGD 1367) acerca do encerramento do clube torna-se necessário que o apoio em causa seja presente à reunião de câmara para deliberar sobre a sua anulação. Mais se informa que esta verba está incluída na 1.ª fase do PAEL. Com a sua anulação o município terá de devolver o dinheiro, uma vez que, as verbas só podem ser usadas no pagamento das dívidas constantes no mapa em anexo ao programa do PAEL.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, anular o subsídio de 250,00 Euros, revogando a deliberação de 21 de junho de 2010.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXPEDIENTE DIVERSO

6895 – APOIO CONCEDIDO – 2.ª VOLTA AO DISTRITO DE SANTARÉM – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

- Da Assistente Técnica Amélia Fernandes, da seção de contabilidade, foi presente a seguinte informação sobre o apoio concedido para a 2.ª Volta ao Distrito de Santarém:

Foi presente em reunião de câmara de 05-02-2007 um FAX do Governo Civil de Santarém, a comunicar que em 2006 foi realizada com sucesso a 1.ª Volta ao Distrito de Santarém em bicicleta, com o apoio das Câmaras Municipais do distrito e de alguns patrocinadores específicos. Informa que, como forma de promoção da região, decidiram assim organizar a 2.ª Volta ao Distrito de Santarém em bicicleta, pelo que apelavam à participação da câmara do Entroncamento na concretização de um apoio que possibilitasse a realização daquele evento. A câmara, tudo visto e analisado, deliberou por maioria patrocinar aquele evento com um subsídio no valor de 1.500,00€, o qual possibilitaria, de acordo com o modelo de participação apresentado, que a volta passasse pelo concelho do Entroncamento.

A resolução do conselho de ministros n.º 13/2011, de 27-06-2011, deu início ao processo de extinção dos Governos Cívicos, complementado posteriormente com Lei Orgânica n.º 1/2011 de 30 de novembro e com o Decreto-Lei n.º 114/2011 de 30 de novembro. Assim, a entidade “Governo Civil do Distrito de Santarém” está nesta data extinta, pelo que, uma vez que o valor de 1.500,00€ ainda se encontra em dívida, coloca-se a questão sobre se o apoio deverá ser liquidado a outra entidade ou se será de considerar sem efeito.

Foi contactado telefonicamente o Dr. Pinto da Rocha, ex-secretário do Governo Civil, o qual me informou que a 2.ª Volta ao Distrito de Santarém terá sido organizada em parceria com a empresa João Lagos Sport – PAD, para a qual eram transferidas todas as verbas pagas ao Governo Civil pelas várias entidades. Deste modo, uma vez que o Governo Civil tem as suas contas já encerradas e as diligências que foram efetuadas naquela data, ocorreram entre o Governo Civil do

Distrito de Santarém e o município do Entroncamento, supõe que o assunto deva considerar-se concluído. Uma vez que não há conhecimento de ter existido qualquer contacto direto entre este município e a João Lagos Sport – PAD, o eventual pagamento àquela entidade não poderá ser efetuado sem que seja alterada a deliberação tomada por este município em 05-02-2007.

Informo que este valor faz parte da 1.ª tranche do empréstimo concedido a este município no âmbito do PAEL, sendo que a 2.ª tranche só será desbloqueada quando todos os pagamentos referentes à 1.ª estiverem efetuados.

Assim, torna-se necessário que a deliberação de 05-02-2007 no que respeita a esta matéria seja revogada ou alterada.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, anular a atribuição do subsídio de 1.500,00 €, revogando a deliberação de 05 de fevereiro de 2007.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

BAIRRO E ESCOLA CAMÕES

7028 – PROPOSTA DO VEREADOR DO BLOCO DE ESQUERDA – CLASSIFICAÇÃO DO BAIRRO E DA ESCOLA CAMÕES

- Do Vereador Sr. Carlos Matias foi presente a proposta que a seguir se transcreve, sobre a Classificação do Bairro e da Escola Camões:

A SABER:

«Considerando que:

1 – A cidade do Entroncamento é uma cidade ferroviária, nela confluindo linhas de comboio e populações que, mercê da atividade ferroviária, aqui se fixaram ao longo de décadas.

2 – Visando as necessidades educativas e habitacionais dos trabalhadores da então CP, foi decidida a construção no Entroncamento da “Escola Camões” e do bairro homónimo que lhe é adjacente.

3 – O projeto do conjunto foi elaborado em 1926 pelos arquitetos Luís da Cunha e Cottinelli Telmo, sob encomenda da CP.

4 – Conforme memorando do Dr. Henrique Leal, anexo ao presente projeto de deliberação, o projeto apresenta várias características singulares, designadamente quanto às preocupações sanitárias.

5 – O conjunto composto pela Escola e Bairro Camões são um exemplo raro e notável da arquitetura dos anos 20 do século passado, bem como o facto de constituírem um raríssimo conjunto de habitação promovida por empresas, importa a sua preservação e classificação, representando ainda uma grande importância para a memória coletiva das gentes do Entroncamento e para a história do desenvolvimento ferroviário nacional.

6 - O património cultural engloba todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização (artigo 2.º, n.º 1 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), sendo que o interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural refletirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade (artigo 2.º, n.º 3 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), merecendo tais bens, a qualificação de bens culturais (artigo 14.º, n.º 1 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

7 – Resulta ainda claro que a Escola Camões e o bairro homónimo se enquadram, pelo menos, nas previsões das alíneas a), c), d), e) e f) do artigo 17.º da Lei n.º

107/2001, de 8 de setembro, que fixa os critérios de classificação ou inventariação dos bens culturais.

8 - Nos termos do artigo 15.º, n.º 2 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, os bens imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, interesse público ou interesse municipal.

9 – Sendo indubitável o interesse municipal (ver artigo 15.º, n.º 6 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), seria mais acertado, pelas suas características únicas e pela sua ligação a uma atividade de relevo nacional como foi (e ainda deveria ser) o desenvolvimento da ferrovia, bem como pelas suas características inovadoras na salubridade, prover à sua classificação como bem imóvel de interesse público (artigo 15.º, n.º 5 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

10 – Compete às câmaras municipais assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal (artigo 64.º, n.º 2, alínea m) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação).

11 - O impulso para a abertura de um procedimento administrativo de classificação ou inventariação pode provir de qualquer pessoa ou organismo, público ou privado, nacional ou estrangeiro (artigo 25.º, n.º 1 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro), podendo a iniciativa pertencer às autarquias locais (artigo 25.º, n.º 2 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

12 – À Direcção-Geral do Património Cultural compete propor a classificação de bens imóveis, de interesse nacional e de interesse público, e a fixação das respetivas zonas especiais de proteção (artigo 2.º, n.º 2, alínea b) do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio).

13 - É também atribuição da Direcção-Geral do Património Cultural pronunciar-se sobre propostas de classificação de bens de interesse municipal apresentadas pelos municípios (artigo 2.º, n.º 3, alínea g) do Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio).

A Câmara Municipal do Entroncamento, ao abrigo do artigo 64.º, n.º 2, alínea m) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação e dos artigos 15.º, n.º 5 e n.º 6 e 25.º, n.º 1 e n.º 2 da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, delibera:

I – Propor à Direcção Geral do Património Cultural a classificação como conjunto de interesse público da Escola Camões e Bairro Camões, sítios nesta cidade do Entroncamento, e identificado na planta anexa.

II – Subsidiariamente, e caso não entenda a Direcção Geral do Património Cultural a classificação do conjunto identificado em I como conjunto de interesse público, solicitar à Direcção Geral do Património Cultural que se pronuncie sobre a sua classificação como conjunto de interesse municipal.»

- Após a aceitação e discussão demorada desta proposta, com intervenções do Exmo. Presidente e Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha e Carlos Matias, tendo este, apresentado a seguinte intervenção:

«Penso que a proposta é clara nos seus propósitos. Visa obter a classificação como conjunto de interesse público para a Escola Camões e Bairro Camões. Subsidiariamente, caso não entenda a Direcção Geral do Património Cultural a classificação como conjunto de interesse público, solicita-se que se pronuncie sobre a sua classificação como conjunto de interesse municipal.

A proposta assenta no pressuposto de que este conjunto tem grande valia patrimonial e que, em consequência, deverá ser inventariado e classificado nos termos da Lei n.º 107/2001, largamente invocada. De facto, a nosso ver, o conjunto formado pela Escola Camões e pelo Bairro Camões tem vários requisitos previstos no Art.º 17.º da Lei, para que lhe possa ser atribuída a classificação de interesse público ou, no mínimo, de interesse municipal.

Saliento dois ou três aspetos adicionais.

Em primeiro lugar, a simples classificação deste conjunto, enriquecerá o nosso património municipal, regional e nacional. Destaca e coloca aos olhos de todos um dos seus valiosos conjuntos, bastas vezes ignorado ou esquecido.

Se for aceite a classificação, o conjunto formado pelo Bairro e pela Escola Camões passará a ser a primeira classificação de interesse público no nosso concelho, pois hoje nada consta nesse inventário nacional do património, relativamente ao Entroncamento.

Em segundo lugar, a inventariação e classificação deste conjunto --- e até o simples estatuto de conjunto "em vias de classificação" --- impõem um conjunto de deveres aos proprietários e a todas as entidades públicas envolvidas.

A extrema degradação a que deixaram chegar este valioso património deixa de ser apenas alvo de censura social e de crítica política --- justas mas, até ver, inconsequentes. Passará a ser penalizada nos termos da lei, assim continue a haver motivos para isso e não falte a vontade política. A nós não faltará, com certeza.

Por outro lado, a classificação também trará alguns benefícios, no acesso a fundos para a sua recuperação e a dispensa de alguns pagamentos.

Para terminar, creio que o "impulso" desta Câmara Municipal para "um procedimento administrativo de classificação" (para usar a terminologia da Lei) será um passo muito importante para a valorização do nosso concelho e que não poderemos deixar de dar.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar esta proposta, retirando o ponto II.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRANSPORTES URBANOS

6466 – TURE – ESTUDO DA EXPLORAÇÃO DO SETOR - ANO 2012

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foi presente um estudo sobre a exploração dos TURE, no ano de 2012, que tem como objetivo avaliar ao impacto das medidas tomadas no início de 2012, não incluindo uma proposta de tarifários.

- Presente também, a seguinte proposta do Exmo. Presidente sobre a gestão do sistema de transportes coletivos de passageiros - TURE:

«O estudo elaborado pelos serviços evidencia a situação do setor e a sua evolução. Os TURE continuam a servir a população, o que é demonstrado pelos elementos constantes do referido estudo.

Apesar das medidas que foram tomadas, o setor continua deficitário.

Embora se comprove que as receitas estão a ser insuficientes, antes de proceder a um ajustamento tarifário, proponho que seja efetuado um estudo de mercado, com vista avaliar a procura, traduzida nas reais necessidades da população no âmbito dos transportes urbanos, com uma gestão sustentada do setor.»

- Posto isto, o Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte intervenção:
«Estou de acordo com a realização de um estudo de mercado, para aumentar a rentabilidade dos serviços oferecidos e adequar e melhorar a oferta comercial. Não estou de acordo com novas reduções de oferta, pois considero que uma avaliação económica do serviço não pode limitar-se ao cálculo financeiro da exploração do serviço. Deve ter em conta e integrar outros aspetos, como a garantia da mobilidade de jovens e idosos, e, mesmo, a progressiva substituição do transporte individual pelo transporte coletivo. As receitas do estacionamento pago, por exemplo, têm de ser ponderadas no momento de definir políticas de mobilidade e a sua tradução financeira e orçamental. Tendo em conta tudo isto, um estudo de mercado poderá aportar novos e interessantes dados e perspetivas, a ter em conta na hora de futuras decisões sobre os TURE. Por conseguinte, votarei a favor da proposta.»
- A Câmara, após aceitar e discutir esta proposta, aprovou-a por unanimidade.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ESTACIONAMENTOS

6641 – ESTACIONAMENTO NO PARQUE NAS TRASEIRAS DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foi presente a seguinte informação sobre o estacionamento no parque nas traseiras do edifício dos Paços do Concelho:
«No seguimento do aumento do parque de viaturas municipais adstritas aos serviços municipais (designadamente serviços administrativos, sociais, fiscalização e de viaturas alocadas a outros serviços municipais que têm necessidade de estacionar junto do edifício para resolver diversos assuntos necessários às suas atividades diárias), venho colocar à consideração de V.^a Ex.^a a possibilidade de se alargar a zona de estacionamento situada na traseira do edifício municipal destinando-a unicamente a estacionamento de viaturas municipais ou em casos excecionais e após devida autorização a viaturas de entidades que visitem o edifício sede do município.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com esta informação e que seja contemplado um lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade condicionada.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ALT. ORÇ. DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO

7141 - ALTERAÇÃO N.º 6 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2013

- A Câmara aprovou, por maioria, a Alteração n.º 6 ao Orçamento da Receita, Despesa e GOP'S para o Ano Económico de 2013, totalizando 194.420,00 € (Cento e noventa e quatro mil quatrocentos e vinte euros), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente ata.
- De notar que, o valor referido inclui a Alteração n.º 5 às Grandes Opções do Plano - GOP (PPI e AMR).
- Votaram a favor os Vereadores Srs. Kelly Silva, João Canaverde, Vice-Presidente Paula Costa e Exmo. Presidente.

- Abstiveram-se os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha e Carlos Matias.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

REGULAMENTOS E NORMAS MUNICIPAIS

7016 – PROJETO “FAMÍLIA +”

- Da Técnica Superior Dr.^a Rita Rafael, da Divisão de Assuntos Sociais, Educação e Saúde, foi presente a seguinte informação referente ao Projeto “Família +”:

«No seguimento de algumas reuniões de trabalho entre as técnicas dos Serviços de Apoio Social e a Sr.^a Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Paula Costa, surgiu a necessidade de se desenvolver um projeto no âmbito da intervenção e acompanhamento das famílias em situação de vulnerabilidade social, dado que se constata a existência de um número significativo de pessoas com dificuldades de inserção social e profissional que necessitam de um tipo de intervenção específico, no sentido de desenvolverem as suas capacidades e a promoção da sua autonomia. É neste contexto que surge o projeto “Família+”, cuja resposta social compreende um conjunto de ações integradas e multidisciplinares, com vista à transmissão de conhecimentos e competências, de modo a promover a autonomia dos utentes na gestão da sua vida diária.

Com a implementação do referido projeto, pretende-se promover a qualidade de vida das famílias, facilitando a aquisição de competências básicas e competências parentais.

Nesse sentido, envia-se para análise e parecer da Câmara, o Projeto “Família+” (anexo 1).»

Para o efeito a Sr.^a Vice-Presidente Dr.^a Paula Costa, prestou a seguinte informação:

«Sr. Presidente: quando pensei implementar este projeto, juntamente com as Técnicas do Serviço de Ação Social do Município, fizemo-lo com o objetivo de contribuir para a educação parental das famílias nos vários domínios da sua vida diária: economia doméstica, no sentido de fornecer aos utentes competências na área da aquisição prioritária e seletiva de produtos necessários a uma alimentação correta. Posteriormente dar-lhes competências para procederem à confeção de uma refeição equilibrada; dos lanches das crianças, da higiene pessoal e doméstica, do tratamento da roupa, do asseio e brio relativamente ao aspeto pessoal e familiar. Noutro domínio menos pragmático, pretendemos promover ações de formação sobre temas variados de educação parental; encontros multidisciplinares, mediados por especialistas, em que se promova a partilha de experiências e o salutar convívio entre os utentes, são alguns exemplos do que pretendemos implementar com vista à melhoria da qualidade de vida das famílias, principalmente as mais jovens que não tenham adquirido as competências necessárias para poderem gerir a sua vida familiar de forma equilibrada.

O polo dinamizador deste Projeto é uma das nossas casas de função.

Contaremos com o apoio das técnicas da área Social do Município, de uma Animadora Social, do Banco de Voluntariado, do Centro de Saúde, de uma Nutricionista, da CPCJ e demais parceiros da Rede Social.

Solicito que este assunto Projeto seja apresentado em Reunião do Executivo Camarário.»

- Seguidamente, o Vereador Sr. Carlos Matias, apresentou a seguinte intervenção:

«O projeto poderá justificar-se e ter algum sentido em algumas situações, sobretudo no que diz respeito ao apoio psicológico, apoio leitura, escrita, etc, mas sempre numa perspetiva de esclarecimento e acima de tudo voluntária.

Um projeto como este, com boas intenções, corre sempre o risco de transformar numa qualquer ferramenta doutrinadora. É bom que esse risco esteja acautelado, assim como é de acautelar que o mesmo não seja utilizado como instrumento de negociação para condicionar o acesso a qualquer tipo de benefícios.

Por outro lado, registo com satisfação a disponibilidade para avançar com mais um projeto na área social. Fico, no entanto algo perplexo, quando me recordo da rejeição por parte da maioria da adesão do município à rede de cidades saudáveis, por alegadamente não haver nenhum técnico disponível para enquadrar o projeto.

Agora já há técnicos e parcerias possíveis. Não tendo entretanto ocorrido admissões no quadro do município, ficamos agora a saber que a não adesão à rede de cidades saudáveis foi por opção política e não por falta de técnicos.

Seja como for, votarei a favor da proposta.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aprovar este projeto.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONCURSOS PÚBLICOS

9627 – CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE/BAR/ESPLANADA LOCALIZADO NO PARQUE DO BONITO – RELATÓRIO FINAL

- Da Técnica Superior Dr.^a Susana Silva, do Setor de Aprovisionamento, foi presente o Relatório Final, referente à abertura do concurso público para Concessão de Exploração do Restaurante/Bar/Esplanada Localizado no Parque do Bonito.

A SABER:

«Reuniu o júri designado para conduzir o concurso público em epígrafe cujo anúncio n.º 898/2013 foi publicado no D.R. n.º 40, II série, parte L em 26/02/2013, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 146.º do CCP, com o objetivo de proceder à análise e avaliação das propostas apresentadas, tendo por base o critério de adjudicação adotado – o da proposta economicamente mais vantajosa.

CONCURSO PÚBLICO: Concessão de Exploração do Restaurante/Bar/Esplanada Localizado no Parque do Bonito

Membros designados para integrar o Júri:

Presidente: Dr. Hugo Gonçalves

1.º Vogal: Dr.^a Susana Silva

2.º Vogal: Dr.^a Filipa Silvestre

1 – Análise das propostas

Apresentou proposta o seguinte concorrente:

CONCORRENTE		SUBMISSÃO DA PROPOSTA	
		Data	Hora
A	<i>Sabores com Identidade Unipessoal, Lda.</i>	22/03/2013	00:24:41

De acordo com a cláusula 7.^a do Programa de Concurso, foi solicitada a apresentação dos seguintes documentos:

- Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos.
- Declaração contendo os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
- Declaração contendo os atributos da proposta de acordo com a al. b) da cláusula 7.^a do programa de Concurso
- Proposta de preço global (de acordo com o Anexo II) isenta de IVA;
- Declaração indicativa do prazo provável de abertura ao público das instalações;
- Declaração contendo os meios que pretende afetar à exploração;
- Plano de exploração.

Verificou-se que o concorrente Sabores com Identidade Unipessoal, Lda. apresentou os documentos solicitados, pelo que o júri deliberou admitir a sua proposta.

II – Avaliação e adjudicação da proposta

Tendo em conta que foi apresentada uma única proposta, o júri propõe a adjudicação da Concessão de Exploração do Restaurante/Bar/Esplanada à empresa Sabores com Identidade Unipessoal, Lda., nas seguintes condições:

- Renda Mensal: 1.500,00€
- Prazo: 5 anos
- Horário Funcionamento:

Restaurante - Domingo a Quinta-feira: 12h-15h e 19h-24h; Sexta-feira e Sábado: 12h-15h e 19h-01h

Cafetaria/Snack-Bar – Domingo a Quinta-feira: 9h-24h; Sexta-feira e Sábado: 9h-6h*
Bar – Sexta-feira, Sábado e véspera de feriado: 24h – 6h*

* O horário de funcionamento obedecerá ao determinado no Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos Comerciais (artigo 20.º do caderno de encargos).

Face ao que antecede, o júri submete à apreciação superior o presente relatório.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório Final, adjudicando a Concessão de Exploração do Restaurante/Bar/Esplanada Localizado no Parque do Bonito, à firma Sabores com Identidade Unipessoal, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

5373 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ALMOÇO DO DIA MUNICIPAL DO IDOSO – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.^a Susana Silva, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, sobre a necessidade de se proceder a uma Prestação de Serviços para o Almoço do Dia Municipal do Idoso”, a realizar no dia 20 de maio de 2013.

A SABER:

«Na sequência da informação da técnica Superior Rita Rafael, torna-se necessário proceder à Prestação de Serviços para Almoço do Dia Municipal do Idoso a realizar-se dia 20 de Maio de 2013 no Pavilhão Desportivo do Entroncamento.

Assim, atendendo ao disposto no n.ºs 4.º e 10.º do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), fica dependente de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração de contratos de prestação de serviços, independentemente da contraparte.

O parecer prévio favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei do OE para 2013, deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, com os seguintes elementos:

- a) *Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;*
- b) *Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;*
- c) *Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;*
- d) *Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;*
- e) *Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75.º ambos da lei n.º 66-B/2013 de 31 de dezembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.*

Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei do O.E. para 2013 “ *Para efeitos de aplicação da redução a que se refere o número anterior, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro, e 64-B/2011 de 30 de dezembro, e pela presente Lei, em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.*”

Tendo em conta o supra citado com o objetivo de proceder à celebração do contrato de Prestação de Serviços para Almoço no Dia Municipal do Idoso e para efeitos da emissão de parecer prévio da Câmara Municipal, cumpre-nos informar o seguinte sobre os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto - O presente procedimento reveste a forma de prestação de serviços, e tem como objeto o supra descrito, tratando-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe o cumprimento de horários de trabalho, tal como é referido na informação da técnica responsável.

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental - A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano de 2013 na seguinte rubrica 0202 020225 a que corresponde o PPI 02 020 2008/5010 14 – anexo 4.

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato - De acordo com a informação constante no reg 5373 torna-se necessário proceder à contratação do serviço supracitado, cujo valor base não deve ultrapassar

os 9.331,20€ + IVA à taxa legal em vigor. Desta forma propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP com convite à empresa Com Amor – Catering e Organização de Eventos, de Lino Louro, Unipessoal, Lda.

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória – De acordo com o previsto na alínea e) do artigo 3.º da portaria n.º 16/2013 de 17/01, deverá ser demonstrado no pedido de parecer o cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75.º, ambos da Lei n.º 66-B/2012, de 31/12, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte. Ora, no presente caso, o preço base por refeição deste procedimento é de **10,80€ + IVA** à taxa legal em vigor, pelo que corresponde a uma redução de 10% em relação ao valor da refeição da prestação de serviços do contrato anterior **12,00€ + IVA** à taxa legal em vigor.

Desta forma, solicita-se que o órgão Executivo emita parecer prévio favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto na portaria 16/2013 de 17 de janeiro, conjugada com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro que aprova o O.E.»

Neste processo, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Deferido de acordo com o n.º 3 do art.º 68.º da Lei 169/99 de 18/09 e posteriores alterações, devendo ser este registo presente à próxima reunião de Câmara para ratificação. Aprovo o convite e o clausulado técnico.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6787 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEASSISTÊNCIA – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.ª Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, sobre a necessidade de se proceder a uma Prestação de Serviços de Teleassistência.

A SABER:

«Na sequência da informação da técnica superior Rita Rafael (movimentação 133 do reg 4584) torna-se necessário proceder à **Prestação de Serviços de Teleassistência** à semelhança do que fora celebrado em 2012 com a empresa T-Care - Conhecimento e Saúde SA.

Assim, atendendo ao disposto no n.ºs 4.º e 10.º do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), fica dependente de

parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração de contratos de prestação de serviços, independentemente da contraparte.

O parecer prévio favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei do OE para 2013, deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, com os seguintes elementos:

- a) *Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;*
- b) *Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;*
- c) *Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;*
- d) *Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;*
- e) *Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75.º ambos da lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.*

Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei do O.E. para 2013 “ *Para efeitos de aplicação da redução a que se refere o número anterior, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro, e 64-B/2011 de 30 de dezembro, e pela presente Lei, em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.*”

Tendo em conta o supra citado com o objetivo de proceder à celebração do contrato de Prestação de Serviços de Teleassistência e para efeitos da emissão de parecer prévio da Câmara Municipal, cumpre-nos informar o seguinte sobre os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto - O presente procedimento reveste a forma de prestação de serviços, e tem como objeto o supra descrito, tratando-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe o cumprimento de horários de trabalho, tal como é referido na informação da técnica responsável.

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental - A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano de 2013 na seguinte rubrica 0202 020225, que se anexa em 6.

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato - De acordo com a informação constante no reg. 4584 torna-se necessário proceder à contratação do serviço supracitado para um n.º máximo de 25 utentes por mês, cujo valor base não deve ultrapassar os 4.500€. Desta forma propõe-se a

adoção de um procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP com convite às seguintes empresas:

(i) **T-Care - Conhecimento e Saúde S.A.**

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória – Tendo em conta os valores de referência do último contrato celebrado, o preço por utente (15€) e o número estimado de utentes que vão beneficiar deste serviço – no máximo 25 – obteríamos um valor base de 4.500€ + iva. Assim e por forma a cumprir com o disposto no art.º 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75.º ambos da lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro, deverá ser demonstrada a redução remuneratória na percentagem de 10% (alínea c) do n.º 1 do art.º 27.º - 10% sobre o valor total das remunerações superiores a 4.165€). Desta forma o valor base do procedimento passará de 4.500€ + iva a **4.050€ + iva**, ou seja o valor máximo por utente não deverá ultrapassar **13,50€ + iva**.

Desta forma, propõe-se o seguinte:

- Que o órgão Executivo emita parecer prévio favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto na portaria 16/2013 de 17 de janeiro, conjugada com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro que aprova o O.E.»
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por maioria, emitir parecer prévio favorável, de acordo com esta informação.

- Votaram a favor os Vereadores Srs. Alexandre Zagalo, Henrique Cunha, Kelly Silva, João Canaverde, Vice-Presidente Paula Costa e Exmo. Presidente.

- Absteve-se o Vereador Sr. Carlos Matias.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6829 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA APOIO NA ÁREA DOS RECURSOS HUMANOS – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.ª Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, referente à contratação de uma Prestação de Serviços para apoio na área dos Recursos Humanos.

A SABER:

«Na sequência da informação do Chefe de Divisão Dr. Emanuel Fernandes torna se necessário proceder à contratação para **Prestação de Serviços para apoio na área dos Recursos Humanos**, sugerindo-se que seja efetuado uma prestação de serviços com Ana Cristina de Freitas Calado Antunes por um prazo de 12 meses com possibilidade de renovação.

Assim, atendendo ao disposto no n.ºs 4.º e 10.º do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), fica dependente de

parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração de contratos de prestação de serviços, independentemente da contraparte.

O parecer prévio favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei do OE para 2013, deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, com os seguintes elementos:

- a) *Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;*
- b) *Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;*
- c) *Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;*
- d) *Informação da contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;*
- e) *Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, alteradas pelas Leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 novembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.*

Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei do O.E. para 2013 “Para efeitos de aplicação da redução a que se refere o n.º 1 do mesmo artigo e diploma, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro e pela presente Lei em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.”

Tendo em conta o supra citado com o objetivo de proceder à celebração do contrato de **Prestação de Serviços para apoio na área dos Recursos Humanos** e para efeitos da emissão de parecer prévio da Câmara Municipal, cumpre nos informar o seguinte sobre os seguintes elementos:

- a) **Descrição do contrato e seu objeto** - O presente procedimento reveste a forma de prestação de serviços, e tem objeto o descrito na informação em visualizar no registo 6829, e trata-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe o cumprimento de horários de trabalho, tal como refere o chefe de divisão na sua informação.
- b) **Declaração de confirmação de cabimento orçamental** - A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano de 2013 no valor de 4.900€ seguinte na rubrica 0201 010107 conforme anexo 1 (cabimento para 7 meses).
- c) **Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato** – De acordo com a informação constante no reg. 6829 torna-se necessário proceder à contratação do serviço durante um prazo de 12 meses, com possibilidade de renovar com valor base mensal de 700€. Desta forma propõe-se a

adoção de um procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória – Tendo em conta que o valor/mensal é de 700€, não haverá lugar à redução prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro e portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro.

Desta forma, solicita-se que o órgão executivo emita parecer prévio favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto na portaria 16/2013 de 17 de janeiro, conjugada com o disposto nos artigos 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro que aprova o O.E.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6977 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA TÉCNICA ANIMADORA DO GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL (GIP) – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.ª Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, sobre a necessidade de se proceder a uma Prestação de Serviços para Técnica Animadora do Gabinete de Inserção Profissional (GIP).

A SABER:

«Na sequência da informação da Técnica Superior Maria Elizabete Charana o contrato com a Técnica Animadora do Gabinete de Inserção Profissional termina a 31 de Maio do presente ano.

De acordo com os despachos do registo 6977 e uma vez que o IEFP só garante a prorrogação até final do ano do referido gabinete torna se necessário proceder à contratação para **Prestação de Serviços para Técnica Animadora do Gabinete de Inserção Profissional (GIP)**; até ao final do ano de 2013, ou seja com a duração de 7 meses, com Teresa Cristina de Oliveira.

Assim, atendendo ao disposto no n.ºs 4.º e 10.º do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), fica dependente de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração de contratos de prestação de serviços, independentemente da contraparte.

O parecer prévio favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei do OE para 2013, deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, com os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em

situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75.º ambos da lei n.º 66-B/2013 de 31 de dezembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.

Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei do O.E. para 2013 “ *Para efeitos de aplicação da redução a que se refere o número anterior, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro, e 64-B/2011 de 30 de dezembro, e pela presente Lei, em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.*”

Tendo em conta o supra citado com o objetivo de proceder à celebração do contrato de **Prestação de Serviços para Técnica Animadora do Gabinete de Inserção Profissional (GIP)**; para efeitos da emissão de parecer prévio da Câmara Municipal, cumpre-nos informar o seguinte sobre os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto - O presente procedimento reveste a forma de prestação de serviços, e tem objeto o descrito na informação em visualizar no registo 6977, e trata-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe o cumprimento de horários de trabalho, tal como refere o chefe de divisão na sua informação.

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental - A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano de 2013 no valor de 5.880€ seguinte na rubrica 0201 010107 conforme anexo 1 (cabimento para 7 meses).

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato – De acordo com a informação constante no reg.6977 torna-se necessário proceder à contratação do serviço durante um prazo de 6 meses, com possibilidade de renovar com valor base mensal de 840€. Desta forma propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória – Tendo em conta que o valor/mensal é de 840€, não haverá lugar à redução prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 alterada pelas leis nos 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro e portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro.

Desta forma, solicita-se que o órgão executivo emita parecer prévio favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto na portaria 16/2013 de 17 de janeiro, conjugada com o disposto nos artigos 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro que aprova o O.E.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

7009 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA APOIO NA ÁREA DA CONTABILIDADE E GESTÃO DE STOCKS – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.ª Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, sobre a necessidade de se proceder a uma Prestação de Serviços para apoio na área da Contabilidade e Gestão de Stocks.

A SABER:

«Na sequência da informação do Chefe de Divisão Dr. Hugo Gonçalves torna-se necessário proceder à contratação para **Prestação de Serviços para apoio na área da Contabilidade e Gestão de Stocks** sugerindo-se que seja efetuado uma prestação de serviços com Pedro Miguel Heitor Gonçalves Metelo por um prazo de 12 meses com possibilidade de renovação.

Assim, atendendo ao disposto no n.ºs 4.º e 10.º do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), fica dependente de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração de contratos de prestação de serviços, independentemente da contraparte.

O parecer prévio favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei do OE para 2013, deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, com os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75.º ambos da lei n.º 66-B/2013 de 31

de dezembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.

Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei do O.E. para 2013 “ *Para efeitos de aplicação da redução a que se refere o número anterior, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro, e 64-B/2011 de 30 de dezembro, e pela presente Lei, em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.*”

Tendo em conta o supra citado com o objetivo de proceder à celebração do contrato de **Prestação de Serviços para apoio na área da Contabilidade e Gestão de Stocks** para efeitos da emissão de parecer prévio da Câmara Municipal, cumpre nos informar o seguinte sobre os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto - O presente procedimento reveste a forma de prestação de serviços, e tem objeto o descrito na informação em visualizar no registo 6829, e trata-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe o cumprimento de horários de trabalho, tal como refere o chefe de divisão na sua informação.

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental - A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano de 2013 no valor de 4.900€ seguinte na rubrica 0201 010107 conforme anexo 1 (cabimento para 7 meses).

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato – De acordo com a informação constante no reg.7009 torna-se necessário proceder à contratação do serviço durante um prazo de 12 meses, com possibilidade de renovar com valor base mensal de 700€. Desta forma propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória – Tendo em conta que o valor/mensal é de 700€, não haverá lugar à redução prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 alterada pelas leis nos 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro e portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro.

Desta forma, solicita-se que o órgão executivo emita parecer prévio favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto na portaria 16/2013 de 17 de janeiro, conjugada com o disposto nos artigos 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro que aprova o O.E.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, de acordo com esta informação.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

7023 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA APOIO NA ÁREA DA CONTABILIDADE E CONTROLO DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.^a Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, sobre a necessidade de se proceder a uma Prestação de Serviços para apoio na área da Contabilidade e Controlo dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

A SABER:

«Na sequência da informação do Chefe de Divisão Dr. Hugo Gonçalves torna-se necessário proceder à contratação para **Prestação de Serviços para apoio na área da Contabilidade e Controlo dos Compromissos e Pagamentos em Atraso** sugerindo-se que seja efetuado uma prestação de serviços com Tânia Cristina Rosado Caçador por um prazo de 12 meses com possibilidade de renovação.

Assim, atendendo ao disposto no n.ºs 4.º e 10.º do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), fica dependente de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração de contratos de prestação de serviços, independentemente da contraparte.

O parecer prévio favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei do OE para 2013, deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, com os seguintes elementos:

- a) *Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;*
- b) *Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;*
- c) *Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;*
- d) *Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;*
- e) *Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, alteradas pelas Leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 novembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.*

Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei do O.E. para 2013 “ Para efeitos de aplicação da redução a que se refere o n.º 1 do mesmo artigo e diploma, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro,

alterada pelas leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro, e pela Lei em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.”

Tendo em conta o supra citado com o objetivo de proceder à celebração do contrato de **Prestação de Serviços para apoio na área da Contabilidade e Controlo dos Compromissos e Pagamentos em Atraso** para efeitos da emissão de parecer prévio da Câmara Municipal, cumpre nos informar o seguinte sobre os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto - O presente procedimento reveste a forma de prestação de serviços, e tem objeto o descrito na informação em visualizar no registo 6829, e trata-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe o cumprimento de horários de trabalho, tal como refere o chefe de divisão na sua informação.

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental - A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano de 2013 no valor de 4.500€ seguinte na rubrica 0201 010107 conforme anexo 1 (cabimento para 6 meses).

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato – De acordo com a informação constante no reg.7023 torna-se necessário proceder à contratação do serviço durante um prazo de 12 meses, com possibilidade de renovar com valor base mensal de 700€. Desta forma propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória – Tendo em conta que o valor/mensal é de 700€, não haverá lugar à redução prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 alterada pelas leis nos 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro e portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro.

Desta forma, solicita-se que o órgão executivo emita parecer prévio favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto na portaria 16/2013 de 17 de janeiro, conjugada com o disposto nos artigos 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro que aprova o O.E.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

7101 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA APOIO NA COMUNICAÇÃO – PARECER PRÉVIO

- Da Técnica Superior Dr.^a Susana Silva, do Setor de Aproveitamento, foi presente a seguinte informação, sobre a necessidade de se proceder a uma Prestação de Serviços para apoio na Comunicação.

A SABER:

«Na sequência da informação da Técnica Superior Dr.^a Cristina Feio torna-se necessário proceder à contratação de uma **Prestação de Serviços para Apoiar a Comunicação**, sugerindo-se que seja efetuado uma prestação de serviços com Susana Isabel Mestre de Oliveira Abreu por um prazo de 12 meses com possibilidade de renovação.

Assim, atendendo ao disposto no n.ºs 4.º e 10.º do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013), fica dependente de parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal a celebração de contratos de prestação de serviços, independentemente da contraparte.

O parecer prévio favorável, nos termos do n.º 5 do artigo 75.º da Lei do OE para 2013, deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 16/2013 de 17 de janeiro, com os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º, grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 27.º e nos n.ºs 1, 2, 3, 7 e 8 do artigo 75.º ambos da lei n.º 66-B/2013 de 31 de dezembro, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.

Nos termos do n.º 2 do artigo 75.º da Lei do O.E. para 2013 “ Para efeitos de aplicação da redução a que se refere o número anterior, é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas leis n.ºs 64-A/2008 de 31 de dezembro, 3-B/2010 de 28 de abril, 34/2010 de 2 de setembro e 55-A/2010 de 31 de dezembro, e 64-B/2011 de 30 de dezembro, e pela presente Lei, em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.”

Tendo em conta o supra citado com o objetivo de proceder à celebração do contrato de **Prestação de Serviços para Apoiar a Comunicação** e para efeitos da emissão de parecer prévio da Câmara Municipal, cumpre-nos informar o seguinte sobre os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto - O presente procedimento reveste a forma da prestação de serviços, e tem objeto o supra descrito, tratando-se de trabalho não subordinado, o qual é prestado com autonomia e não se encontra sujeito à disciplina e à direção do Município, nem impõe o cumprimento de horários de trabalho, tal como refere o chefe de divisão na sua informação.

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental - A verba está contemplada no Orçamento Municipal para o ano de 2013 no valor de 4.900€ na seguinte rubrica 0102010107 conforme anexo 1 (cabimento para 7 meses).

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato – De acordo com a informação constante no registo SGD 7101, torna-se necessário proceder à contratação do serviço durante um prazo de 12 meses, com possibilidade de renovar com valor base mensal de 700,00€. Desta forma propõe-se a adoção de um procedimento por ajuste direto ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória – Tendo em conta que o valor/mensal é de 700,00€, não haverá lugar à redução prevista no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 alterada pelas leis nos 48/2011, de 26 de agosto, e 60-A/2011, de 30 de novembro e portaria n.º 16/2013, de 17 de janeiro.

Desta forma, solicita-se que o órgão Executivo emita parecer prévio favorável quanto ao presente procedimento, em conformidade com o previsto na portaria 16/2013 de 17 de janeiro, conjugada com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010 de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011 de 26 de agosto e 60-A/2011 de 30 de novembro, n.º 20.º e 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro que aprova o O.E.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável, de acordo com esta informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

7156 - EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR NORTE E ACESSIBILIDADES – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 13

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Medição de Trabalhos, Situação n.º 13, do Contrato Inicial, no valor de 100.886,58 € (Cem mil oitocentos e oitenta e seis euros e cinquenta e oito cêntimos), elaborado em 30 de abril de 2013, referente à empreitada da “Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades”, adjudicada à Firma Nogueira & Matias, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6158 – REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM PARQUE JOSÉ PEREIRA CALDAS – PRORROGAÇÃO DE PRAZO - RATIFICAÇÃO

- Do Chefe de Divisão de Espaços Verdes e Ambiente, Arquiteto Rafael Domingos, foi presente a informação que abaixo se transcreve, referente à prorrogação de prazo da empreitada da “Requalificação do Jardim Parque José Pereira Caldas”, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

A SABER:

«Serve a presente para dar conhecimento a V.^a Ex.^a, que deu entrada nos nossos serviços no dia 26 de Abril de 2013 com o registo n.º 6158/13, um fax da empresa “MiraTerra, Obras Públicas Lda.”, em que solicita uma prorrogação de prazo de 30 dias (trinta dias).

Sobre o assunto deve dizer-se que o incumprimento do prazo de obra não se deve apenas ao atraso devido às condições climatéricas, mas também a atrasos que se imputam ao empreiteiro, nomeadamente trabalhos ao nível das pinturas, pavimentos e edifício.

Desta forma propõe-se que a prorrogação do prazo seja legal nos primeiros quinze dias e graciosa nos últimos quinze dias, passando a data de conclusão dos trabalhos para o dia 17 de junho de 2013.

Deverá o empreiteiro apresentar o novo Plano de Trabalhos assim como o respetivo Cronograma Financeiro em conformidade com o novo prazo autorizado.»

- Sobre este assunto o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Deferido de acordo com o n.º 3 do art.º 68.º da Lei n.º 169/99 de 18/09 e posteriores alterações. Aos Serviços para procedimento. À reunião de Câmara para ratificação.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

2332 – EXECUÇÃO DO PARQUE VERDE DO BONITO (PARQUE GERAL, ARRUAMENTOS E ESTACIONAMENTOS) - AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria e Receção Provisória Parcial, elaborado em 10 de maio de 2013, referente à empreitada da “Execução do Parque Verde do Bonito (Parque Geral, Arruamentos e Estacionamentos)”, adjudicada ao Consórcio Arquijardim, S.A., Eco Demo-Demolições, Ecologia e Construções, S.A. e J.C. Bartolomeu - Instalações Elétricas, Lda.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos

OBRAS PARTICULARES

7147 - PROC.º DE VISTORIA N.º 08/10 – ALBINO PEREIRA DA SILVA & FILHOS, LDA – LICENCIAMENTO DE UM ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL (TIPO 3) - REGISTO

- Presente o processo de vistoria número 08/10, em nome de Albino Pereira da Silva & Filhos, Lda., referente ao licenciamento de um estabelecimento industrial (tipo 3) – registo, na Zona Industrial - lote LA - 11, nesta cidade, conforme documentos que junta.

- Ouvido o Técnico Superior - Eng.º Civil, Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitiu, este, o seguinte parecer:

«Apresentou a requerente um pedido de licenciamento de um estabelecimento industrial de fabrico de alimentos para animais de criação, no edifício existente no lote LA-11 da Zona Industrial.

O pedido foi apresentado através do Portal REAI, junto ao portal de empresa.

1. – Antecedentes

O edifício foi construído através do Processo de Obras n.º 229/88, com licença de utilização n.º 24/2010 para armazém na zona industrial, já em nome de Albino Pereira da Silva & Filhos, Lda.

2. – Análise

Em termos de localização nada há a opor à atividade industrial, que se situa num dos lotes da Zona Industrial.

Também o edifício onde se exerce a atividade se encontra legalizado. Não será neste caso relevante o facto de autorização de utilização ser para armazém, pois a atividade pretendida não implica alterações no edifício. Aliás esta atividade encontra-se em funcionamento já há alguns anos.

De acordo com as características da atividade fornecidas pelo requerente, trata-se efetivamente de um estabelecimento do tipo 3, em que a entidade coordenadora é a Câmara Municipal.

Deste modo entendemos que nada haverá a objetar à pretensão.

Tratando-se de uma atividade que está relacionada com animais (fabrico e mistura de rações) é necessária uma vistoria por parte da Direção Geral de Veterinária, conforme indicado no portal. Esta vistoria não condiciona a aceitação do pedido de registo.

3. – Conclusão

Em face do pedido apresentado e de acordo com as considerações atrás referidas, somos de parecer favorável à aceitação do registo do estabelecimento industrial de tipo 3.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OUTROS ASSUNTOS FORA DA ORDEM DO DIA

- De acordo com o art.º 83 da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Exmo. Presidente apresentou os assuntos que a seguir se transcrevem, após a Câmara ter concordado com a sua análise:

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

647 – GRUPO RECREATIVO 1.º DE OUTUBRO DE 1911 “PARAFUSO” – PEDIDO DE APOIO

- Carta do Grupo Recreativo 1.º de Outubro de 1911, a solicitar o reembolso da verba de 615 €, destinada a cobrir os custos da iluminação do palco aquando das comemorações do centenário desta coletividade.

- A Câmara, tudo visto e analisado, e de acordo com a informação prestada pelo Exmo. Presidente, deliberou por unanimidade, conceder o apoio de 615 Euros, para pagamento da iluminação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

3749 – UNIÃO FUTEBOL ENTRONCAMENTO - III TAÇA INTERNACIONAL CIDADE FERROVIÁRIA - PEDIDO DE APOIO

- E-Mail, de 6 de Março de 2013, do União Futebol do Entroncamento, a comunicar que vai organizar a III Taça Internacional Cidade Ferroviária – Hóquei em Patins, que vai contar com 30 equipas, desde benjamins aos Veteranos, vindos dos mais diversos concelhos do país, inclusive presentes equipas de Espanha, e provavelmente, França e Suíça, na qual terão em atividade cerca de 300 atletas no total.

- Mais informa que esta iniciativa requer uma grande logística, e um grande investimento a nível de alojamento e refeições, cujo orçamento para este torneio importa em 3.500,00 euros, para o qual solicita que lhes seja concedida uma verba para fazer face às despesas inerentes à realização deste torneio.

No entanto, em alternativa ao apoio monetário, solicita que esta autarquia pudesse disponibilizar 250 refeições no refeitório da escola da Zona Verde, ou então proporcionar a dormida para algumas equipas numa instituição que tenha protocolo com este Município.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, não conceder qualquer apoio monetário.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXPEDIENTE DIVERSO

7036 – PROJETO “VIVER O COMÉRCIO” À NOITE – ATIVIDADES A 1 DE JUNHO

- Da Vereadora Sr.^a Kelly Silva, foi presente a informação que a seguir se transcreve no âmbito do projeto “Viver o Comércio” à noite, no dia 1 de junho próximo.

A SABER:

«No âmbito do Projeto “Viver o Comércio”, e conforme combinado com V. Exa, comunico que foi enviado aos estabelecimentos comerciais um convite para estarem abertos, no dia 1 de junho, das 21h00 às 23h00.

Haverá animação de rua na praça Salgueiro Maia e na rua Luís Falcão de Sommer. A divulgação da atividade será feita para o público em geral. Esta iniciativa decorrerá à noite, visto coincidir, o primeiro sábado do mês de junho, com o Dia Mundial da Criança.

Sr. Presidente entendo que se trata de uma iniciativa inovadora que trará muitas pessoas ao Entroncamento, apoiando assim o comércio da nossa cidade.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, prolongar o horário de fecho dos estabelecimentos comerciais aderentes até às 24.00 horas.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONCURSO NACIONAL DE BANDAS

7212 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO 9.º CONCURSO NACIONAL DE BANDAS – MÚSICA MODERNA

- Do Técnico de Informática, José Antunes, dos Serviços de Juventude, foi presente a seguinte informação, relativa à proposta de alteração do 9.º Concurso Nacional de Bandas:

«Devido ao número reduzido de maquetas recebidas para o 9.º Concurso Nacional de Bandas não será possível realizar o mesmo nos termos das normas de participação do mesmo.

Assim sendo propõem-se que nos dias reservados para o Concurso nas Festas da Cidade atuem as seguintes bandas:

Dia 17 Junho – FH5 – 1.250€

Dia 18 Junho – The Kaviar – 738€

Dia 19 Junho – Alive – Tributo a Pearl Jam – 615€

Dia 23 Junho – Declínios – 660€

Perfazendo assim um total de 3.236€ (iva incluído), sendo que a rubrica do Concurso Nacional de Bandas tem aprovado 6.978€ nas Grandes Opções do Plano do ano 2013.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou, por unanimidade, proceder de acordo com a presente informação.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3206 - LISTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETO DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL

- A Câmara, atenta a deliberação de 04 de março de 2013, tomou conhecimento da lista da prestação de serviços objeto de parecer genérico favorável, relativa ao mês de abril.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

AJUSTES DIRETOS

4871 – EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE APOIO NO PARQUE VERDE DO BONITO – CASA DAS CANOAS E EQUIPAMENTO DE LAZER - RELATÓRIO FINAL E MINUTA DE CONTRATO

- Na sequência da deliberação de 01 de abril findo, na qual foi deliberado proceder à abertura de procedimento para a empreitada de “Construção de Edifícios de Apoio no Parque Verde do Bonito – Casa das Canoas e Equipamento de Lazer”, foi presente, dos elementos do Júri, o relatório final que a seguir se transcreve.

A SABER:

«Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, reuniu-se o Júri designado, nos termos do art.º 67.º do CCP – Código dos Contratos Públicos, para a apreciação das Propostas apresentadas referentes à Empreitada de “*CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS DE APOIO NO PARQUE VERDE DO BONITO – CASA DAS CANOAS E EQUIPAMENTOS DE LAZER*”.

Decorrido o prazo estipulado no art.º 123.º do CCP – Código dos Contratos Públicos, ou seja, o prazo legalmente fixado para a **AUDIÊNCIA PRÉVIA**, verificou-se que **NÃO FOI APRESENTADA QUALQUER RECLAMAÇÃO POR PARTE DOS CONCORRENTES**.

Assim, entende a Comissão que a análise feita aos trinta dias do mês de abril de dois mil e treze deverá manter-se, pelo que se *PROPÕE QUE SEJA EFETUADA A ADJUDICAÇÃO* à Firma *OBRIMOFER CONSTRUÇÕES UNIPESSOAL, L^{DA}*, com o valor de € 22 996,01 (VINTE E DOIS MIL NOVECENTOS E NOVENTA E SEIS EUROS E UM CÊNTIMO) + IVA à taxa legal em vigor.

E nada mais havendo a tratar, procedeu-se à leitura do presente Relatório Final, que vai ser assinado por todos os membros do Júri.»

- **Presente, também**, da Assistente Técnica Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, a **Minuta do Contrato** desta Empreitada de “Construção de Edifícios de Apoio no Parque Verde do Bonito – Casa das Canoas e Equipamento de Lazer”, para aprovação.

- A Câmara, tudo visto e analisado e de acordo com o Relatório Final, deliberou, por unanimidade, adjudicar a Empreitada de “Construção de Edifícios de Apoio no Parque Verde do Bonito – Casa das Canoas e Equipamento de Lazer”, à Firma Obrimofe – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 22.996,01€ + Iva à taxa legal em vigor, bem como, aprovar a presente minuta do contrato.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

6969 - EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2.3 DR. RUY D’ANDRADE – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 4

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Medição de Trabalhos, Situação n.º 4, do Contrato Inicial, no valor de 141.903,19 € (cento e quarenta e um mil novecentos e três euros e dezanove centésimos), elaborado em 30 de abril de 2013, referente à empreitada da “Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade”, adjudicada à Firma Alpeso – Construções, SA.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

7109 – REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM PARQUE JOSÉ PEREIRA CALDAS – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 7

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Medição de Trabalhos, Situação n.º 7, do Contrato Inicial, no valor de 37.071,21 € (trinta e sete mil setenta e um euros e vinte e um centésimos), elaborado em 08 de maio de 2013, referente à empreitada da “Requalificação do Jardim Parque José Pereira Caldas”, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

5767 – ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO + JARDIM DE INFÂNCIA SUL - AUTO DE VISTORIA E RECEÇÃO DEFINITIVA PARCIAL - EQUIPAMENTOS

- A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, homologar o Auto de Vistoria e Receção Definitiva Parcial - Equipamentos, elaborado em 23 de abril de 2013, referente à empreitada da “Escola Básica do 1.º Ciclo + Jardim de Infância Sul”, adjudicada à Firma Ténorem - Engenharia e Construções, S.A.
- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.
- E eu, _____, Assistente Técnica na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.